

## Clipping n° 961

, 16 Fevereiro 2012 - 11:16:46

**FERROVIAS** O senador Roberto Requião, do PMDB do Paraná, continua sua cruzada contra a recondução de Bernardo Figueiredo ao cargo de diretor geral da Agência Nacional dos Transportes Terrestres (ANTT). Além de acusá-lo de favorecimento a uma das concessionárias, a América Latina Logística (ALL), Requião qualifica o trabalho de Figueiredo à frente da ANTT como danoso para a ferrovia brasileira. Leia aqui discurso do parlamentar no Senado, nesta semana. **TRÂNSITO I**

Na Câmara dos Deputados se analisa o Projeto de Lei 2979/11, do deputado Jorge Corte Real (PTB-PE), que prevê a destruição de motos com mais de um ano de uso e de veículos velhos apreendidos por autoridade de trânsito e não reclamados pelos proprietários no prazo de 90 dias. Conforme a proposta, tanto as motos como os veículos seriam vendidos para usinas siderúrgicas, para reciclagem. **TRÂNSITO II** Atualmente, o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) prevê o leilão dos

veículos apreendidos e não reclamados em 90 dias. A iniciativa de retirar do trânsito os veículos com mais tempo de uso representa o primeiro passo para iniciativas mais ousadas em relação ao controle da frota nacional de veículos, disse o deputado. Fonte: Agência Câmara de Notícias **Aprovado o pagamento de proventos integrais a aposentados por invalidez**

Aprovada em segundo turno, PEC beneficia trabalhadores que entraram no serviço público até o fim de 2003; proposta será agora analisada pelo Senado.

O Plenário aprovou nesta terça-feira, em segundo turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 270/08, que concede proventos integrais aos servidores públicos aposentados por invalidez permanente. A medida vale para os que tenham ingressado no serviço público até 31 de dezembro de 2003, data de publicação da Emenda Constitucional 41, a última reforma da Previdência. A matéria será votada ainda pelo Senado.

De autoria da deputada Andreia Zito (PSDB-RJ), a PEC foi aprovada por 428 votos a 3 e 1 abstenção. Segundo a deputada, a votação em segundo turno nesta semana prova a autonomia da Câmara, pois não foi vinculada à votação de nenhuma outra matéria. "A vitória é dos aposentados por invalidez", afirmou. Ela também agradeceu aos deputados envolvidos na discussão pela aprovação da PEC.

De acordo com o texto, o servidor que entrou no setor público até o final de 2003 e já se aposentou ou venha a se aposentar por invalidez permanente terá direito a proventos calculados com base na remuneração do cargo em que se der a aposentadoria, sem uso da média das maiores contribuições, como prevê a Lei 10.887/04, que disciplinou o tema.

Essas aposentadorias também terão garantida a paridade de reajuste com os cargos da ativa, regra estendida às pensões derivadas desses proventos.

### **Distorção corrigida**

Segundo o relator na comissão especial que analisou a PEC, deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), "a Casa faz um Carnaval positivo com a votação desse segundo turno". Ele lembrou que o texto corrige uma das distorções da reforma previdenciária. A Reforma da Previdência instituiu a aposentadoria por invalidez permanente com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável listada em lei.

## Retroatividade

No substitutivo que Faria de Sá apresentou à comissão especial, estava prevista retroatividade a 2003, mas o texto aprovado teve retirada essa regra nas negociações com o governo.

A PEC estipula um prazo de 180 dias para o Executivo revisar as aposentadorias e pensões concedidas a partir de 1º de janeiro de 2004. Os efeitos financeiros dessa revisão não vão valer a partir da data de promulgação da futura emenda constitucional.

(Fonte: Agência Câmara) **Cresce a procura de crédito pelas empresas**

São Paulo - O número de empresas em busca de crédito aumentou 9,1% em janeiro na comparação com o mês anterior e 3,6% ante igual período do ano passado, segundo o Indicador Serasa Experian da Demanda das Empresas por Crédito. Esse movimento reverteu a sequência de quedas que era verificada desde outubro do ano passado.

Na análise dos economistas da Serasa Experian, o setor produtivo tinha se retraído por causa do desaquecimento da economia, constatado no segundo semestre de 2011, mas iniciou este ano mais estimulado pela perspectiva de retomada do crescimento econômico.

A maior procura por crédito foi verificada no setor industrial com aumento de 11,2% sobre dezembro, seguida pelo comércio com alta de 10,1% e pelas prestadoras de serviços (7,5%). Essas elevações foram puxadas pelas micro e pequenas empresas que expandiram os pedidos em 9,7% sobre o mês anterior. Já as de tamanho médio solicitaram 2% mais e as de grande porte apresentaram redução (-1,3%) ante uma alta de 0,9%.

A Região Sudeste foi a que concentrou maior quantidade de empresas (10,8%), seguida pela Região Norte (9,5%); Região Centro-Oeste (9,3%); Região Nordeste (6,8%) e Sul (6,8%).

As reduções sistemáticas das taxas de juros e a melhoria gradativa do cenário externo também contribuem para reforçar esta tendência de recuperação da demanda por crédito empresarial, principalmente, no setor industrial, destaca a nota da Serasa Experian. Agência Brasil **Comissão do Senado aprova projeto que derruba portaria do ponto eletrônico**

Brasília - A Comissão de Assuntos Sociais do Senado aprovou hoje (15) o projeto de decreto legislativo que suspende os efeitos da portaria do Ministério do Trabalho que regulamenta o sistema de ponto eletrônico. A proposta ainda precisa ser avaliada pela Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa da Casa.

De acordo com o parecer do relator, senador Armando Monteiro (PTB-PE), o ponto eletrônico gera uma série de custos para as empresas e o sucateamento de todos os equipamentos e práticas adotadas há mais de 20 anos.

O relatório cita também problemas como o alto custo dos aparelhos, que chegam a R\$ 6 mil. O senador argumenta que o sistema não garante que sejam evitadas fraudes na marcação do ponto, pois nada impede que empregado e patrão cheguem a um acordo para que não sejam marcadas as horas extras.

No parecer, o relator afirma que o Ministério do Trabalho usou inadequadamente a portaria que só deve ser instituída para tratar de assuntos internos e não podem, segundo ele, regular matérias que são objetos de leis, cuja responsabilidade é do Congresso Nacional. Ainda segundo Monteiro, a pasta não pode criar novos direitos e deveres que não estão previstos em lei, tais como a obrigação de o empregador fornecer o comprovante impresso, recibo pelo tempo despendido, e o direito de o empregado receber este comprovante.

A portaria do ponto eletrônico (nº 1.510) foi publicada no Diário Oficial da União em agosto de 2009 e teve a data de entrada em vigor adiada cinco vezes por causa de divergências entre empresários de diversos setores, sindicatos e o governo.

Pela portaria, as regras serão obrigatórias para empresas com mais de dez empregados que já utilizam equipamentos de ponto eletrônico. Elas deverão oferecer ao funcionário a possibilidade de imprimir o comprovante de entrada e de saída do trabalho. A medida não precisará ser seguida por órgãos públicos.

A entrada em vigor das novas regras do ponto eletrônico passam a valer a partir do dia 2 de abril para as empresas que exploram atividades na indústria, no comércio em geral e no setor de serviços, incluindo, entre outros, os financeiros, de transportes, de construção, de comunicação, de energia, de saúde e de educação.

Em 1º de junho, as regras passam a valer para as empresas que exploram atividade agroeconômica. A partir de 3 de setembro de 2012, entra em vigor para as microempresas e empresas de pequeno porte. Agência Brasil **Restituição do IR pode vir com correção monetária, prevê projeto**

SÃO PAULO - Os contribuintes do IRPF (Imposto de Renda Pessoas Físicas) poderão ter a restituição do Imposto de Renda com atualização monetária com base no INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), com a aprovação do projeto de lei 2985/11, do deputado Laercio Oliveira (PR-SE).

A medida determina que o período para a base de cálculo deve ser entre o dia do último crédito retido pela fonte e a data da restituição na conta do contribuinte.

Segundo a Agência Câmara, atualmente, a Receita Federal já paga juros equivalente à taxa Selic nas restituições do Imposto de Renda. Se aprovado o projeto, os juros continuarão sendo pagos juntamente com a correção monetária prevista no projeto. Na opinião do deputado, a medida não se trata de uma sanção contra a administração pública, mas de garantia de direitos do cidadão.

#### **Tramitação**

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Portal IG **Jorge Caetano Fermino**